

Análise dos padrões de segregação socioespacial do município de Cabo Frio (RJ) a partir dos dados de cor ou raça do censo demográfico de 2022

Maria Eduarda Peres Pereira Martins¹, Pedro Henrique da Silva Marçal¹,
Débora da Paz Gomes Brandão Ferraz²

¹Discente do curso de Ciências Ambientais, UERJ, Cabo Frio, RJ.

²Professora Adjunta do Departamento de Ciências Ambientais, UERJ, Cabo Frio, RJ.

O presente trabalho adotou técnicas de geoprocessamento para analisar a distribuição espacial da população segundo cor ou raça no município de Cabo Frio, com base nos dados do Censo Demográfico de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O objetivo central consiste em identificar padrões de segregação socioespacial, articulando-os aos referenciais teóricos do racismo ambiental, conforme proposto por Robert Bullard, e à noção de produção do espaço, desenvolvida por Henri Lefebvre. A área de estudo compreende a totalidade do território municipal, marcado simultaneamente por sua relevância turística e por expressivas desigualdades socioeconômicas. Observam-se áreas centrais e litorâneas com elevada valorização imobiliária, em contraste com regiões periféricas caracterizadas por ocupações informais, precariedade de infraestrutura urbana e fragilidades na regularização fundiária. Os dados utilizados incluem a malha de setores censitários do IBGE e informações populacionais classificadas por cor ou raça — branca, preta, parda, amarela e indígena — disponibilizadas pelo Censo Demográfico de 2022. A análise espacial foi realizada no software QGIS, envolvendo a integração das bases cartográficas, o agrupamento das categorias amarela e indígena e a elaboração de mapas coropléticos. Os resultados evidenciam padrões consistentes de desigualdade espacial. A população branca concentra-se predominantemente nas áreas centrais e litorâneas, como os bairros Braga, Passagem e Centro, que dispõem de melhor infraestrutura urbana e maior acesso a serviços. Em contrapartida, as populações preta e parda predominam em áreas periféricas, como Jardim Esperança, Manoel Corrêa e Tangará, caracterizadas por menor oferta de equipamentos urbanos e maior exposição a condições de vulnerabilidade ambiental. Já as populações indígena e amarela apresentam baixa representatividade numérica e distribuição espacial difusa. A análise interpretativa permite relacionar esses padrões à noção de produção do espaço, indicando que a organização territorial não ocorre de forma neutra, mas é condicionada por relações sociais, econômicas e políticas. Dessa forma, a distribuição desigual dos grupos populacionais espelha a lógica de valorização do espaço urbano, na qual o acesso às áreas mais bem servidas por infraestrutura e serviços é mediado pela renda e pela inserção diferenciada dos indivíduos no mercado. Conclui-se que o geoprocessamento constitui uma ferramenta eficaz para evidenciar dinâmicas espaciais que não são facilmente captadas por análises estatísticas isoladas. Como limitação do estudo, destaca-se a ausência de variáveis como renda e nível de escolaridade, apontando para a necessidade de pesquisas futuras que integrem múltiplas dimensões na compreensão das desigualdades urbanas e socioambientais.

Palavras-chave: análise espacial; perfil populacional; segregação socioespacial.